

Queda Irreparável

UM Congresso pode — por um breve período — privar-se de credibilidade política. Nada impede de recuperá-la. Sem respeitabilidade moral, no entanto, não há salvação. Por menos que os cidadãos acreditem num Congresso por eles eleito, podem suportá-lo como um mal transitório até a eleição seguinte. É da tolerância democrática. Quando a representação política perde o respeito dos cidadãos, a questão torna-se mais grave.

O Congresso Nacional arrematou, com os seus últimos desatinos, um longo e deprimente processo de perda de confiança mediante a perda do respeito que ainda lhe era reservado por piedade. Ficou impraticável qualquer entendimento sério, no que diz respeito ao bem público, entre a sociedade e a representação política e moralmente falida. A ruptura da confiança traz no seu bojo a semente de uma crise institucional que o sistema presidencialista de governo é limitado para resolver.

Este regime, sob o qual vivemos transitoriamente, funda-se sobre a confiança, pois a estrutura legal foi erodida pelo autoritarismo. Os instrumentos legais são inadequados para o exercício da democracia. Uma nação sem a legitimidade jurídica não pode prescindir da confiança por parte da sociedade. A falta de leis e a ausência de confiança não suprem as aspirações democráticas, que contam apenas com a contribuição da sociedade. Incumbe aos poderes constituídos corresponder às expectativas da maioria e não, como faz a representação política, desafiar com demagogia revanchista os brios cívicos. A empáfia barata e vulgar do legislador não supre a carência de democracia.

O Congresso Nacional se sente desobrigado de qualquer compromisso com a sociedade, e não ressalva nem mesmo o Executivo nesse comportamento. Tenta remediar, com atraso, fagueira cumplicidade com o autoritarismo, no desespero de garantir-se a reeleição. Em relação à sociedade, já está recebendo o troco na mesma moeda: despreço se paga com despreço. Se as aspirações mais legítimas da sociedade não contam mais, os deputados e senadores podem se acautelar nas pretensões de renovarem o mandato imerecido. Os eleitores saberão mostrar-lhes o que vem a ser a consciência de responsabilidade no exercício do voto.

Uma representação política que, até para se reunir, precisa apelar para as suas últimas reservas de comodidade, dá a medida da sua exaustão política e moral. Já acabou e finge que não percebe. O Congresso Nacional, no mês que antecede o recesso parlamentar, não conseguiu sequer cumprir sua rotina de trabalho. Os congressistas já debandaram como se o mandato parlamentar, além de garantir viagens para dentro do país, fosse um carnet para turismo internacional. No fundo da sua decepção, o eleitorado gostaria de merecer ao menos uma palavra de explicação: por que não deixam o turismo para os períodos de recesso? Num país em que as pessoas que trabalham todos os dias têm direito a 30 dias de férias, os parlamentares se concedem 90, e ainda fazem gazeta nos meses reservados ao seu ofício representativo.

Mas não é apenas a impontualidade nas obrigações que indis põe a sociedade contra os congressistas. É principalmente a arrogância acintosa com que se recusam a dar explicações e prestar contas dos seus atos, como se não devessem aos cidadãos o voto e satisfações por tudo que se outorgam como privilégios. Perderam primeiro a credibilidade política. Agora liquidaram a fatura com a perda do respeito. O esforço concentrado para a votação das matérias acumuladas volta-se contra eles como prova de acusação: o pacote aprovado trata apenas dos seus mais avidos interesses. Mesmo quando simulam interesse por alguma parcela da sociedade, ainda assim os congressistas o fazem em interesse próprio: como investimento eleitoral com recursos alheios.

Mais grave ainda é o despudor com que os partidos barganham: até a aprovação de um pedido de licença para o Presidente da República ausentar-se do país teve que ser negociado. Uma vergonha. Tudo que saiu daquela feira de interesses concentrados é suspeito — e moralmente nulo. O líder do PFL, deputado José Lourenço, viu-se compelido a retirar do plenário a sua bancada. Pelo menos moralmente valeu. Já o líder do PMDB — e do governo — fez questão de manter a sua bancada no plenário. A safra de iniciativas espúrias subverte o mecanismo de responsabilidades democráticas: o Executivo está obrigado a ser o filtro das impurezas dos que se permitem abastardar o poder de decisão legislativo com a prática da demagogia vulgar. A Presidência da

República, nos últimos dias, funcionou como um dreno num organismo em decomposição. Nada menos de 70 vetos tiveram que ser aplicados no emaranhado dos interesses políticos, em nome da moral e do interesse público.

O mal de Brasília — que é a alienação representativa por presunção política — não esgota o sentido de perda de responsabilidade representativa. A distância que separa a capital e os centros formadores da opinião pública nacional também não completa a explicação do fenômeno. O Congresso manifesta a perda irreparável do senso do dever, com a recusa em levar em conta a sociedade e em prestar satisfações públicas. A personalização dessa jactância é o líder do PMDB — e do Governo — no comando do desrespeito ao próprio Governo que o indicou, e à nação afrontada pela demagogia com honrarias oficiais.

O que a sociedade deseja não é um Congresso que recupere em esforço concentrado (em causa própria) o tempo malbaratado em turismo. A nação tem todo o direito de querer um Congresso que seja uma concentração moral, capaz de exprimir o que ela tem de melhor — que é a vontade de se ver atendida politicamente pelos seus representantes, e não vê-los consumidos pela avidez de se servirem. Que autoridade política podem ter os herdeiros da confiança do autoritarismo para falar em entulho legal, se montaram uma usina para reaproveitar todo o lixo?

Não haverá um mínimo de democracia com esse paternalismo social que o Congresso imprime em suas decisões demagógicas, pois são inviáveis. A independência dos Poderes e a falta de respeito não podem coexistir institucionalmente. A concessão demagógica do Legislativo, para deixar mal o Presidente, na responsabilidade de vetar os abusos, é deslealdade institucional e felonía política. O deputado Pimenta da Veiga é cúmplice na montagem de uma armadilha para apanhar o Governo e apresentá-lo numa campanha eleitoral demagógica faturando votos com a mão esquerda.

Nada de proveitoso para a futura democracia se pode esperar da sequência de desatinos suicidas cometidos pelo Congresso. Não é apenas a Câmara. Embora mais discreto, o Senado também não escapa à verificação de zelo maior pelos seus próprios interesses: a candidatura nata, que os senadores se reservaram para citar apenas um exemplo, é um privilégio inaceitável, pois invade atribuições soberanas das convenções partidárias. Uma candidatura nata situa-se acima da vontade do partido. É imposição e privilégio: nada tem a ver com democracia.

Nos sistemas parlamentares de governo há um recurso automático para impedir que as crises políticas — inclusive as de ordem moral — possam se desdobrar no plano institucional: dissolve-se o Congresso e convocam-se eleições a qualquer tempo do mandato. O presidencialismo não tem essa válvula. Quando uma dificuldade política se cristaliza em impasse institucional, não há como dissolvê-la. A crise se apresenta como um desafio às próprias instituições. Até as questões de natureza moral têm que encontrar soluções políticas, ou degenerar em crise.

Da indiferença habitual com que se dispunha a esperar a extinção natural dos atuais mandatos, a opinião pública salta para um patamar de indignação cívica irreprimível. Há sinais de crescente impaciência popular: o descontentamento com o Congresso já se exterioriza de forma veemente. Os congressistas passaram a agir como se pudessem ser interessados em estimular uma crise institucional sem correr riscos. Comportam-se de forma a confirmar a suposição de que se candidatam a um conflito que lhes permite, em seguida, apresentarem-se como vítimas ameaçadas e obter vantagens eleitorais. Só falta, na progressão da demagogia, a acusação de conspiração em marcha por parte de um poder econômico bordado com retórica. É só o que falta.

A safra demagógica foi para chamar a atenção de parcelas incautas e despolitizadas da sociedade. Os congressistas fazem-se de protetores e deixam o Executivo na posição de algoz por vetar seus abusos. No entanto, só a falta de votos ameaça a representação que não se dá mais ao respeito do eleitorado. Como jogo político, é manobra arriscada e perigosa para todos.

Estará o Congresso querendo ser fechado, e fazendo por merecê-lo? Como ninguém tem a iniciativa de abrir o debate, os próprios congressistas se apressam em intensificar a incompatibilidade com a opinião pública. Este Congresso já deixou moralmente de existir, por sua livre e congênita incompetência política. Fechou-se em cobiça, por avidez eleitoral.